

UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ALTO ÍNDICE DE ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DOS 60 ANOS OU MAIS NO DISTRITO DE NOVA CASA VERDE¹

Valéria Costa Fortunato²

Resumo: Esta pesquisa apresenta e analisa um estudo de caso sobre o alto índice de analfabetismo no distrito de Nova Casa Verde, município de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul. A pesquisa foi motivada pelo significativo número de analfabetos/as presentes na localidade, de forma particular em homens e mulheres na faixa etária dos 60 anos ou mais. Partindo da necessidade de compreender os fatores que causaram pouca e/ou a falta de alfabetização, sobretudo, com as intensas dificuldades enfrentadas por essas pessoas no acesso a situações básicas diante do comércio e da vida social. A metodologia escolhida foi realizar entrevistas para a coleta de relatos utilizando a história oral como abordagem. As perguntas, organizadas através da ferramenta Formulários do Google permitiram uma maior reflexão sobre as experiências e desafios enfrentados na conjuntura social.

Palavras chave: Analfabetismo, Educação, História oral.

Abstract: This research presents and analyzes a field study on the high illiteracy rate in the district of Nova Casa Verde, municipality of Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, Brazil. The study was motivated by the significant number of illiterate individuals in the area, particularly men and women aged 60 and above, who face challenges with reading and writing. It stems from the need to understand the factors that led to limited or no literacy, especially considering the intense difficulties these individuals encounter in accessing basic services in commerce and social life. The chosen methodology involved conducting interviews to collect narratives using oral history as an approach. The questions, organized through the Google Forms tool, allowed for deeper reflection on the experiences and challenges faced within the social context.

Keywords: Illiteracy, Education, Oral History.

Introdução

Esse trabalho nasce da minha intensa dedicação, carinho e afeto aos meus genitores, meu pai, pedreiro semianalfabeto, que sob muito sol, me fez chegar até aqui, na sombra. À minha mãe, cuja perseverança e incentivo constante me inspirou a seguir adiante mesmo com as dificuldades encontradas no caminho, fazendo do seu sonho, de ser professora, ainda não realizado, também o meu. Realizo aqui a ruptura do protocolo ao iniciar a escrita desse artigo, no intuito de expressar toda a grandeza do acesso à educação pública e de qualidade, fator esse que coaduna com o combate ao analfabetismo, tema relevante de minha pesquisa, haja vista, as dificuldades que a ausência do letramento causa na população de forma geral.

Dessa forma, meu trabalho tem como objetivo realizar uma pesquisa sobre o alto índice de analfabetismo entre pessoas com 60 anos ou mais, no distrito de Nova Casa Verde,

¹ Trabalho de Conclusão de Curso em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPNA - como parte dos requisitos para a obtenção da licenciatura em História.

² Acadêmica do Curso em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPNA

em Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, através de entrevistas com pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar ou de finalizar seus estudos e por isso carregam consigo a dificuldade de ler e escrever. O interesse sobre o tema surge a partir da percepção da quantidade de pessoas que frequentam meu ambiente de trabalho, uma agropecuária, que é frequentada majoritariamente por pessoas que vivem no meio rural, de classe média baixa, com limitações na leitura e na escrita. Isso despertou-me uma curiosidade em buscar compreender os motivos do expressivo número de analfabetos/as na localidade e as consequências e os impactos sociais na vida dessas pessoas.

Utilizando a coleta de relatos pessoais, denominada de História Oral, almejo compreender os contextos históricos e sociais que contribuíram para a ausência de alfabetização entre pessoas da faixa etária dos 60 anos acima. A escolha dessa abordagem se dá pelo fato de que a história oral possibilita ouvir a história daqueles/as que são normalmente mais marginalizados/as, esquecidos/as e excluídos/as da nossa sociedade, como no caso das pessoas analfabetas ou semianalfabetas. Além disso, a história oral me permite sentir a experiência através dos olhos das pessoas entrevistadas e ouvi-las relembrar suas trajetórias de vida, contando sobre as dificuldades e os sonhos que lhe foram forçados/as a abandonar diante do fato de não terem tido acesso à educação. Segundo o autor Philippe Joutard (2000), professor da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse, em seu texto *Desafios a História oral no Século XXI*:

É através do oral que se pode aprender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor das malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto universo racional. (Joutard, 2000, p. 34)

Utilizando a ferramenta formulários do Google gerei perguntas que nortearam as entrevistas, algumas delas de conhecimento pessoal e outras que buscassem explicar o motivo da falta de alfabetização em suas vidas. Pesquisa essa que foi coletada parte em meu local de trabalho, onde eu fui lendo as perguntas e selecionando as respostas conforme os entrevistados me forneciam, e outra através de conversas de áudios via WhatsApp. Com isso obtive as respostas as quais no decorrer desse trabalho serão apresentadas.

Como referências teóricas utilizei principalmente as obras de Paulo Freire (2011), *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia* e através delas busco uma reflexão sobre como a educação é e deve ser vista como uma prática libertadora. Freire em ambas as obras

defende que a educação deve despertar uma consciência crítica nas pessoas, permitindo que elas enxerguem e questionem as estruturas de poder que as oprimem. Com isso, intenciono promover concepções capazes de fomentar o entendimento dos benefícios nos processos de inclusão social por meio da alfabetização, em todas as faixas etárias.

O desenvolvimento do trabalho está estruturado em quatro partes: o item 2 aborda o surgimento do distrito de Nova Casa Verde, com o objetivo de compreender sua formação histórica e social. No item 3 exploro sobre conceito, causas e consequências do analfabetismo para a sociedade em geral. O item 4 analisa como o passado escravocrata do nosso país contribui até os dias atuais para o índice elevado de pessoas analfabetas ou semianalfabetas. Por fim, no item 5 apresento resultados das entrevistas realizadas, com gráficos e relatos das pessoas entrevistadas.

Ao combinar esses enfoques, entendemos a necessidade de que políticas públicas aconteçam no sentido de pensar em estratégias educacionais eficazes e centradas no aprendizado para enfrentar os desafios de promover inclusão e dignidade das pessoas analfabetas no âmbito da sociedade. Diante dessa pesquisa, almejo alcançar uma compreensão dos motivos que promovem desde o século passado o alto índice de evasão escolar e ou de não terem tido acesso a ambientes escolares. Não obstante, procuro identificar as entrelinhas das causas dessa realidade, que podem incluir questões socioeconômicas, culturais, familiares e experiências passadas negativas na educação formal, e, defender a educação como possibilidade para um mundo de oportunidades e capacitação pessoal, que pode transformar vidas e comunidades para melhor.

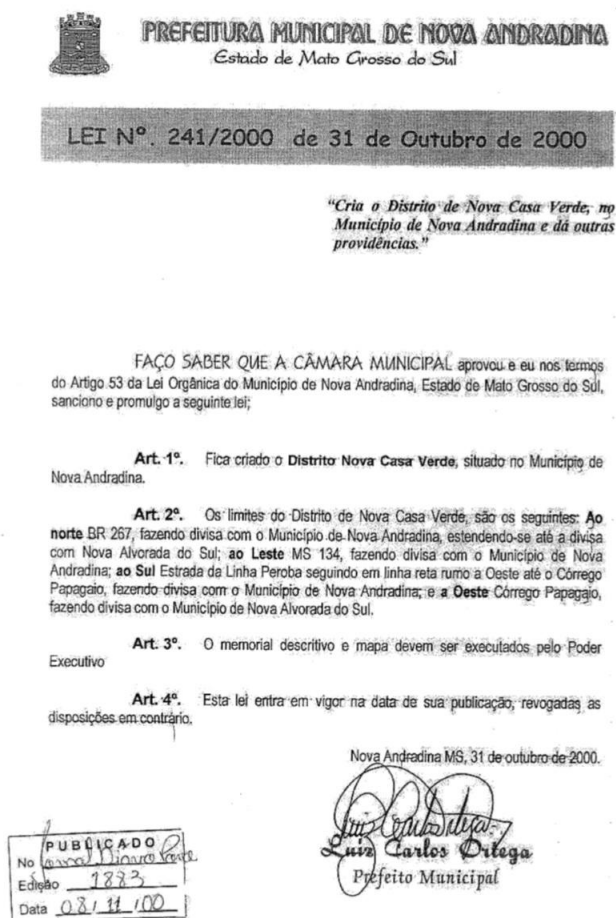
A ocupação territorial no distrito de Nova Casa Verde

A criação do distrito de Nova Casa Verde em Nova Andradina, MS, se dá através da Lei nº 241 de 31 de outubro do ano 2000 (Fig. 1). No entanto sua formação social e estrutural de urbanização começa a partir da chegada de grupos familiares acampados em busca de terras pela reforma agrária, em meados de 1984. Desse ponto de partida, surge o Assentamento Casa Verde que foi dividido em três grupos, que mais tarde se tornaram também assentamentos, denominados por Glebas: Ipê, Peroba e Angico, denominações relacionadas a fatura desses três tipos de madeiras encontradas comumente no Cerrado do território de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul.

A figura 1, aponta a Lei 241/2000, que deu criação ao distrito de Nova Casa Verde, uma situação realmente valiosa ao pensar o crescente desenvolvimento pelo qual passa o

distrito na conjuntura dos dias atuais e o convívio com pessoas oriundas de diversas localidades de Mato Grosso do Sul e até mesmo de outras regiões do país.

Figura 1: Lei de criação do distrito de Nova Casa Verde



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Nova Andradina

De acordo com Fabiano Greter Moreira (2022), em seu trabalho *As trajetórias de Lutas de Famílias Camponesas no Assentamento Casa Verde do Município de Nova Andradina-MS*, os/as assentados/as vieram de diversas localidades do estado, incluindo “Anaurilândia, Bataguassu, Bataiporã, Deodápolis, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaquirai, Ivinhema, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru, Taquarussu e Três Lagoas” (Moreira, 2022, p. 509), fator esse que é considerável pela diversidade, racial e social para o local.

Devido à presença na formação do distrito com os assentados mencionados de diversas localidades, as produções da agricultura familiar tornaram-se crescentes, os/as assentados/as produziam hortaliças, leite e seus derivados, carvão, entre outras variedades que vão fomentar o desenvolvimento posterior da área urbana. Com isso os/as moradores/as do

Assentamento Casa Verde pensaram em criar uma feira para comercializar suas produções, tendo por denominação inicial, Feira do Produtor. Todavia, ressalto que a localização prevista inicialmente para a feira era que acontecesse no interior do assentamento Casa Verde, onde hoje está localizado o Assentamento Angico. No entanto, devido à distância e a precariedade da estrada de acesso, alguns/mas assentados/as propuseram mudar o local para um ponto de mais fácil acesso, no entroncamento das rodovias MS 132 e a BR 267, local onde havia um ponto de paragens de ônibus da Viação Motta, local conhecido como “Casa Verde”, por conta do prédio ser da cor verde.

Apesar da resistência do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) parte dos/as moradores/as do Assentamento Casa Verde, tendo em vista que essas terras possuíam donos, uma votação entre os grupos de assentados/as decidiram fazer uma reunião para arrecadar dinheiro e alugar máquinas no intuito de ocupar e derrubar a vegetação das terras, promovendo a construção do centro urbano do, mais tarde, distrito de Nova Casa Verde, assim como diz José Garcia, entrevistado do trabalho de Claudomiro Morales (2015), “Nova Casa Verde: a Reforma Agrária e a criação da vila em espaço de assentamento rural”:

[...] isto foi quando nós tivemos aquela resistência do INCRA quando nós reivindicávamos que a área urbana fosse pra cá...pra Nova Casa Verde...ou pra Casa Verde, que Nova Casa Verde fomos nós que colocamos o nome depois né? E tinha uma resistência também dos colegas assentados do Peroba e Angico, aí nós resolvemos fazer uma reunião...e fazer uma arrecadação de dinheiro para fazer uma invasão com máquina pra derrubar tudo (vegetação) no sábado a noite, que o INCRA...quando o INCRA ficasse sabendo...porque no sábado o INCRA estava fechado né? E ninguém vai ligar pra residência de funcionário nenhum e quando o INCRA acordou na segunda feira, estava tudo no chão e nós já estávamos loteando né? O lote e aí não deu muito trabalho pro INCRA conscientizar e aí fazer o loteamento...pra máquina derrubar nós arrecadamos de cada um, vinte reais na época, porque esses vinte reais já garantia o lote aqui [...]. (Morales, 2015, p. 73)

Durante os primeiros anos de implantação, as famílias de assentados/as interessadas em fixar residência na nova localidade tinham direito a uma parcela de terra mediante o pagamento de uma taxa simbólica, no valor de R\$60,00 para a instalação de um hidrômetro. A escolha do local para a construção do distrito foi crucial para seu desenvolvimento, uma vez que a localização primeira seria de difícil acesso. No entanto, é valioso ressaltar que a localização do distrito de Nova Casa Verde, é estratégica, às margens da BR 267, fator considerável para o escoamento eficiente da produção agrícola.

É interessante notar que inicialmente, a ocupação do espaço urbano que viria ser o distrito se deu em grande parte pelos/as filhos/as dos/as assentados/as que buscaram

melhorias em empregos e também por muitos/as assentados/as que deixaram suas terras na luta por vida melhor na vila por meio de emprego formal, visto que em alguns relatos no texto de Moreira (2022), os/as entrevistados/as relatam que foram “jogados/as” nos lotes, sem nenhum apoio ou financiamento das estruturas de governo, trazendo uma reflexão sobre a não existência de reforma agrária, mas sim uma luta por posse de terras. Isso fez com que muitos/as assentados/as desanimassem e sem recursos vendessem as terras quase “de graça”.

O termo vender a terra praticamente de graça é interessante para que consiga se compreender como a questão da terra no Brasil parece distante de haver factualmente a reforma agrária, coloca as pessoas mais simples e baixa renda à mercê de ganharem perdendo, ou seja, apesar de terem direito a terra muito dificilmente conseguirão permanecer nela. No entanto, retomando sobre o distrito de Nova Casa Verde, sua proximidade com a rodovia federal torna o transporte rápido e acessível aos diversos centros consumidores do país. Além disso, essa vantagem logística torna o distrito atrativo para novos investimentos, impulsionando o desenvolvimento econômico local e fortalecendo sua posição enquanto polo-agroindustrial.

Todavia, ressalto que houve pouco desenvolvimento industrial nas proximidades do distrito de Nova Casa Verde, isso deve-se possivelmente ao pouco interesse nas políticas de desenvolvimento integrado do município de Nova Andradina, haja vista, que o crescimento em proporções consideráveis da localidade poderá levar a emancipação distrital, tornando-se município e causando impactos nas arrecadações municipais.

Atualmente o distrito em sua área urbana tem uma população estimada em cerca de 3,5 mil habitantes (Censo IBGE 2022), aproximando-se do município próximo, Taquarussu, com aproximadamente 3,6 mil habitantes. Incluindo sua área rural, segundo o superintendente do distrito em 2015 (Morales, 2015, p. 82), o distrito possui cerca de 12 mil habitantes. Essa área rural é impulsionada principalmente pela produção agropecuária, com destaque para criação de gado de corte e leiteiro, plantação de cana de açúcar, eucalipto e produção de carvão. Desta forma, é preciso lembrar que a população do distrito de Nova Casa Verde, tem considerável densidade urbana e rural sobretudo, e essas pessoas quando não são moradoras da zona rural, tem elo intenso com o meio rural, fator que corrobora para a conjuntura de alto índice de analfabetismo.

Analfabetismo, tipos, causas e consequências na sociedade

Em seu sentido etimológico, analfabeto (a[n]+alfabeto, sem alfabeto) designa qualquer pessoa que não conheça o alfabeto ou que não saiba ler e escrever, e *analfabetismo*, a condição de quem não conheça o alfabeto ou não saiba ler e escrever. (Ferraro, 2002).

É possível classificar o analfabetismo em alguns níveis, como por exemplo o Analfabetismo Rudimentar, refere-se à habilidade de ler e escrever apenas palavras simples, localizar informação explícita em textos curtos e familiares, como anúncio ou pequena carta, leem e escrevem números usuais e realizam operações simples, manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias. Essa condição é comum em populações com acesso limitado à educação básica.

Uma outra classificação é o Analfabetismo Funcional, que diz respeito à falta de habilidades suficientes para compreender e utilizar a leitura e a escrita de forma adequada em situações do cotidiano. Uma pessoa considerada analfabeta funcional pode até ter algum conhecimento básico de letras e palavras, mas não consegue compreender textos mais complexos, seguir instruções detalhadas ou aplicar a leitura e escrita de maneira eficaz em diversas situações. Essa forma de analfabetismo pode dificultar o pleno desenvolvimento pessoal, a inserção no mercado de trabalho e a participação cidadã. Por fim, o Semianalfabetismo refere-se a uma pessoa que tem habilidades muito básicas de leitura e escrita, mas de forma bastante limitada. Essa pessoa pode, por exemplo, reconhecer palavras ou escrever seu nome, mas tem grandes dificuldades em interpretar textos e expressar por escrito de maneira compreensível.

Essa é uma realidade presente em muitos países, afetando especialmente as populações mais vulneráveis e marginalizadas. O analfabetismo é um problema complexo com diversas causas, a falta de acesso à educação de qualidade, por conta da ausência de escolas adequadas, recursos educacionais e professores/as capacitados/as, o que dificulta o acesso à uma educação de qualidade em áreas rurais e regiões remotas, onde a falta de infraestrutura e transporte dificulta o acesso à educação formal.

A falta de acesso à educação ligada à pobreza e desigualdade social contribuem ainda mais para a grande taxa de analfabetismo. As famílias de baixa renda, muitas vezes, enfrentam dificuldades financeiras, tornando a educação prioridade secundária. Além disso, a desigualdade social também desempenha papel importante, pois pessoas em situação de vulnerabilidade têm menores oportunidades de acesso à educação.

Em algumas comunidades, a valorização do trabalho e a falta de incentivo à educação formal podem desencorajar o aprendizado. O analfabetismo acarreta uma série de

consequências negativas que afetam significativamente a vida das pessoas em diversos aspectos da vida cotidiana, pois a falta de habilidades básicas de leitura e escrita dificulta a realização de tarefas simples do dia a dia.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que analfabetos/as encontram dificuldades de ler instruções, preencher formulários, compreender avisos, utilizar meios de comunicação escrita e até mesmo interpretar placas de sinais, isso pode gerar dependência de terceiros/as e frustrações diante de situações corriqueiras. Além disso, podem ser afetadas em relação a empregabilidade e renda considerando o acesso limitado a qualificações, restringindo suas opções e ainda contribuindo para a perpetuação do ciclo da pobreza. No que tange às desvantagens sociais e emocionais, essas pessoas podem se sentir excluídas e com baixa autoestima causada pelas dificuldades em acompanhar as demandas da sociedade letrada. Não obstante, a falta de leitura e escrita limita acesso a informações, conhecimento e cultura, afetando a participação na vida social e cultural.

Diante dessa realidade, é imprescindível reconhecer a alfabetização como um direito humano fundamental e uma ferramenta essencial para o empoderamento individual e coletivo. Ela não apenas habilita as pessoas a realizarem tarefas cotidianas de forma autônoma, mas também lhes confere a capacidade de compreender o mundo, expressar-se, participar ativamente da sociedade e exercer plenamente sua cidadania. A alfabetização é a base para o desenvolvimento pessoal, social e econômico, promovendo igualdade de oportunidades e fortalecendo a democracia.

Investir na alfabetização é investir em justiça social, na redução das desigualdades e na construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária. Ao garantir acesso à educação de qualidade para todos/as, especialmente para as populações mais vulneráveis, serão criadas condições para romper ciclos de pobreza e exclusão, permitindo que indivíduos se tornem agentes de transformação em suas comunidades. Assim, a alfabetização transcende a simples aquisição de habilidades; é um caminho para a liberdade, a dignidade e a realização plena do potencial humano. A educação é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e deve ser uma prioridade nas políticas públicas.

As consequências de um Brasil escravocrata para a formação de uma sociedade com alto índice de analfabetismo

O analfabetismo no Brasil é um dos mais graves e persistentes problemas sociais, o qual reflete a precariedade histórica da educação no país. Trata-se de uma questão histórica, enraizada em desigualdades estruturais, cujos reflexos são visíveis na atualidade, de forma

particular entre pessoas que atingem 60 anos ou mais, que vivem no interior, especificamente na zona rural, em sua maioria, de baixa renda. Essa realidade pode ser compreendida através do contexto histórico descrito no livro *Raízes do Brasil* (1995), de Sérgio Buarque de Holanda: “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos... não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instalaram no Brasil, foi sem dúvida uma civilização de raízes rurais” (Holanda, 1995, p.73).

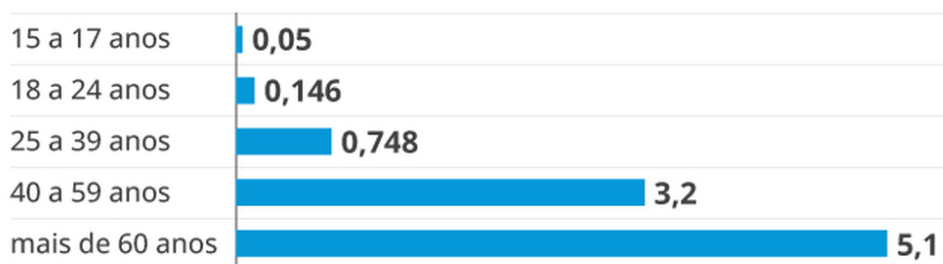
Segundo Holanda (1995), a sociedade colonial brasileira concentrou sua população majoritariamente no meio rural, formada em grande parte por negros/as escravizados/as enquanto as cidades abrigavam apenas a elite, “os grandes”, como o autor os chama no texto, e por alguns/mas trabalhadores/as urbanos/as, funcionários de administração, oficiais mecânicos e mercadores. Os/as pertencentes a elite e moradores/as das grandes fazendas se deslocavam para os centros urbanos apenas para participar de festas e solenidades, principalmente religiosas. Após a abolição da escravidão, em 1888, uma parte da população negra permanece no campo, sobrevivendo por meio da agricultura de subsistência e sem acesso aos direitos básicos, como a educação. Esse cenário histórico contribuiu para a perpetuação de desigualdades sociais e raciais que até hoje são evidentes.

Sobre o analfabetismo no Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad- Gráfico 1) sobre educação em 2023, divulgada em março de 2024 pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil ainda tem cerca de 9,3 milhões de pessoas analfabetas. O gráfico apresenta os índices do analfabetismo no Brasil distribuídos por faixas etárias, em milhões de pessoas. Os dados evidenciam que o analfabetismo é mais prevalente em pessoas com 60 anos ou mais, totalizando 5,1 milhões, seguido pela faixa etária dos 40 a 59 anos, com 3,2 milhões. Já entre os/as jovens, os números são consideravelmente menores: 0,05 milhão para a faixa etária dos 15 a 17 anos e 0,146 milhão para 18 a 24 anos. Apesar da alta taxa de analfabetismo em todas as faixas etárias, pessoas com 60 anos ou mais ainda são as que menos sabem ler e escrever. Segundo o IBGE, o pior índice entre os/as mais velhos/as é um reflexo da dívida educacional brasileira.

Gráfico 1: Dados do analfabetismo no Brasil por idade:

ANALFABETISMO

(Em milhões)



Fonte: Pnad Educação - Foto: Editoria de Arte

Esses números refletem o impacto histórico de políticas educacionais insuficientes nas décadas passadas, especialmente para as gerações mais antigas. As faixas etárias mais jovens, que apresentam índices menores, são beneficiadas pelos investimentos em educação nos últimos anos. Contudo, os números altos nas faixas de 40 anos ou mais apontam para a necessidade de políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos (EJA), a fim de reduzir essa realidade histórica e promover maior inclusão social. Essa análise pode dialogar com o pensamento de Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, ao destacar que o analfabetismo perpetua condições de exclusão e limita o pleno exercício da cidadania. Por isso, Paulo Freire defende a educação como uma prática libertadora, em todos os aspectos, “A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica”. (Freire, 2011 p. 6).

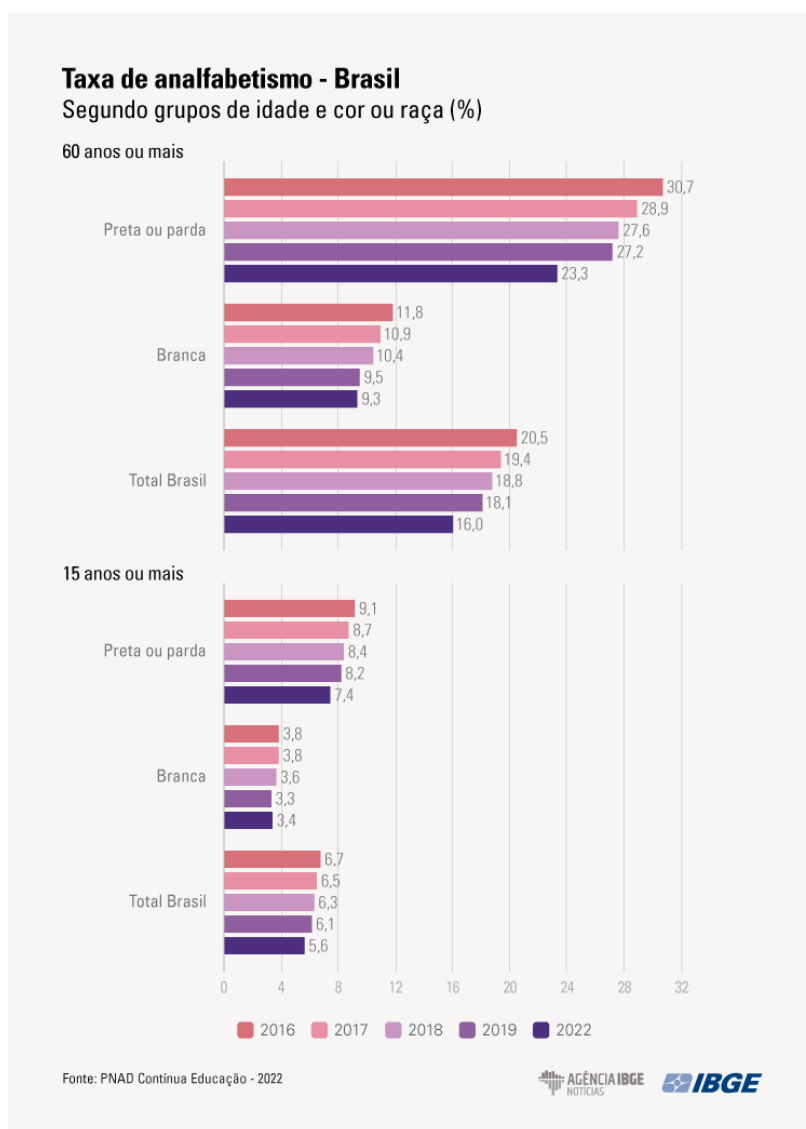
Enfatiza-se a importância de uma educação que permita ao/à oprimido/a (nesse caso os/as analfabetos/as) se reconhecerem como sujeitos de suas próprias histórias, o que é fundamental para a inclusão social e a cidadania. Outro ponto relevante de compreensão é a população negra brasileira, esta que por séculos foi e permanece marginalizada e sistematicamente excluída das esferas de poder e conhecimento, neste sentido, percebe-se por meio de Lélia Gonzalez (1990), em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* como o mito da democracia racial e a marginalização histórica impedem a real inclusão da população negra na sociedade brasileira.

Gonzalez (1990) afirma que a partir da negação da existência do racismo há uma naturalização desse preconceito racial na esfera social brasileira, fazendo com que haja ainda na contemporaneidade exclusão, que é resultado direto do legado da escravidão e da ausência

de políticas públicas eficazes que pudessem corrigir essas injustiças após a abolição. Para a autora, isso é resultado de um sintoma na “neurose brasileira”.

O gráfico 2 evidencia a desigualdade racial no analfabetismo entre pessoas com 60 anos ou mais no Brasil. Em 2022, a taxa entre pretos/as ou pardos/as foi de 27,2%, quase três vezes maior que a de pessoas brancas (9,3%). Apesar da redução em ambos os grupos desde 2016, a disparidade persiste, refletindo o legado da escravidão, a pobreza e a exclusão histórica de negros/as do acesso à educação.

Gráfico 2: dados do analfabetismo no Brasil por raça:



Fonte: PNAD Contínua Educação - 2022

Este estudo considera a população com 15 anos ou mais e revela que o analfabetismo entre aqueles/as que ganham até um quarto de um salário mínimo é 20 vezes

maior do que em outras faixas de renda. Além disso, a maior parte dos/as analfabetos/as ou semianalfabetos/as vivem em regiões rurais ou nas áreas periféricas das cidades, evidenciando a relação entre condições socioeconômicas e acesso à educação.

No contexto desta pesquisa, as questões étnico raciais tornam-se mais evidentes, onde a maior parte das pessoas entrevistadas são pretas ou pardas. O distrito, enquanto localidade periférica do município de Nova Andradina, percebe-se a ausência de políticas públicas de alfabetização para pessoas adultas e idosas que enfrentam o problema do analfabetismo. Percebe-se que isso é muito mais frequente em pessoas da faixa etária dos 60 anos ou mais, com baixa renda e determinada raça. Isso aponta que entre os/as idosos/as têm um limite de acesso à informação e à conscientização sobre seus direitos e capacidade de lutar contra essa opressão.

Kimberlê Crenshaw (2002), em seu texto *Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero* discute sobre como esses espaços, a intersecção entre raça, idade e localidade aprofunda ainda mais a vulnerabilidade dessas populações:

A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. Assim, ...como ao sobrepomos o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, ...e acredito que isso não ocorre por acaso - são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos. (Crenshaw, 2002, p. 10).

É essencial reconhecer que o analfabetismo no Brasil acontece especialmente entre pessoas com 60 anos ou mais e em populações pretas ou pardas. Isso não é apenas um problema individual, mas conjuntural de um país escravocrata e agrário, pois: “Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição” (Freyre, 1933, p. 65).

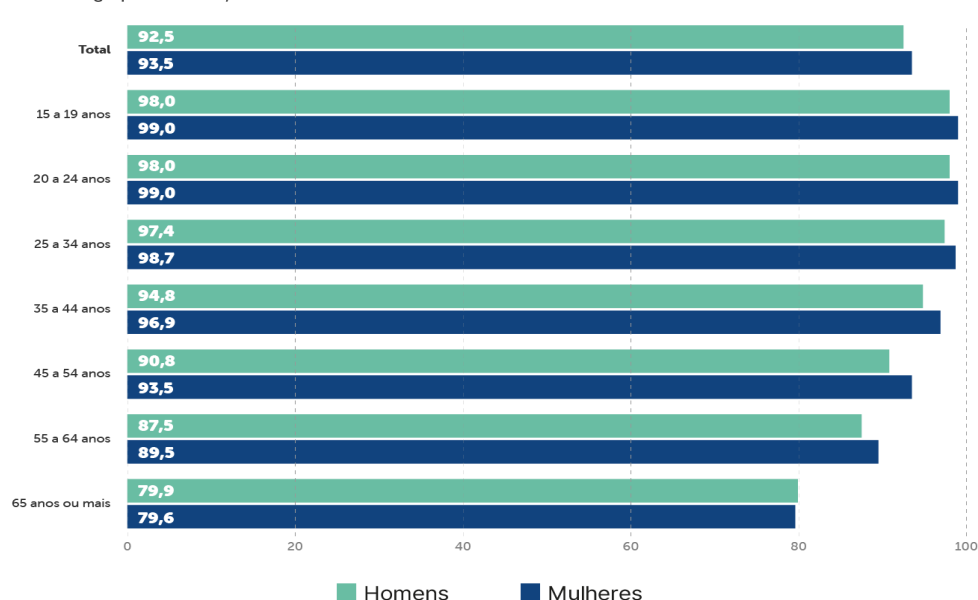
Condições essas que permearam durante anos as desigualdades históricas no Brasil, onde esses grupos étnicos foram vistos por muito tempo como raça inferior e mesmo após a abolição da escravidão as condições de vida deles/as não mudaram, ficaram à mercê da sociedade, sem moradia, sem trabalho, sem direito a saúde e educação.

Um estudo do censo demográfico (Gráfico 3), apresenta que em 2022, 93,5% das mulheres sabiam ler e escrever, em comparação com 92,5% dos homens. A vantagem das mulheres é observada em todos os grupos etários, exceto entre aqueles com 65 anos ou mais, na qual 79,9% dos homens e 79,6% das mulheres eram alfabetizadas. A maior diferença entre

os sexos foi encontrada no grupo de 45 a 54 anos, com as mulheres apresentando uma taxa de alfabetização de 2,7 pontos percentuais a mais em relação aos homens.

Gráfico 3: Censo Demográfico 2022 sobre educação

Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais, no Brasil (%)
Por sexo e grupos de idade, em 2022



Fonte: Censo Demográfico 2022: Educação - Primeiros Resultados do Universo



Fonte: IBGE/2022

A análise da taxa de alfabetização entre pessoas de 60 anos ou mais no Brasil em 2022, segmentada por gênero, evidencia desigualdades marcantes influenciadas por fatores históricos e sociais. Na faixa dos 60 a 64 anos, as mulheres apresentam uma taxa de alfabetização de 89,5%, ligeiramente superior à dos homens, que registram 87,5%. Esse cenário reflete os avanços educacionais vividos por essas mulheres em relação às gerações anteriores.

Entre os/as idosos/as de 65 anos ou mais, ocorre uma inversão, homens têm taxa de alfabetização ligeiramente superior (79,9%) em comparação às mulheres (79,6%). Essa diferença, ainda que pequena, sugere que os homens tiveram em fase pretérita mais acesso à educação formal, enquanto as mulheres dessa geração encontraram barreiras significativas, como normas sociais que priorizavam o papel doméstico e restringiam a escolarização feminina. Portanto, os dados demonstram que, apesar de avanços educacionais para mulheres em faixas etárias mais jovens, os reflexos de desigualdades históricas ainda são perceptíveis

nas gerações mais idosas, evidenciando a necessidade de políticas educacionais que as consideram nesse contexto.

A formação de uma sociedade com alto índice de analfabetismo no Brasil rural é resultado de uma combinação de fatores históricos, sociais e econômicos que perpetuam desigualdades. A precariedade da educação, historicamente concentrada nas áreas urbanas, marginaliza as populações rurais, limitando suas oportunidades e contribuindo para a exclusão social. Essa realidade impacta diretamente a vida das pessoas, restringindo o acesso a empregos dignos e serviços básicos assim, perpetuando os ciclos de pobreza.

Além disso, grupos como mulheres e afrodescendentes enfrentam barreiras adicionais, evidenciando a necessidade de políticas públicas que abordem essas desigualdades e diferenças. Portanto, a educação deve ser vista como um direito fundamental e uma ferramenta essencial para a transformação social. É imperativo que a sociedade, o governo e as instituições educacionais façam esforços para promover educação inclusiva e acessível, especialmente nas áreas rurais no intuito de romper com o ciclo do analfabetismo permitindo uma sociedade mais justa e igualitária.

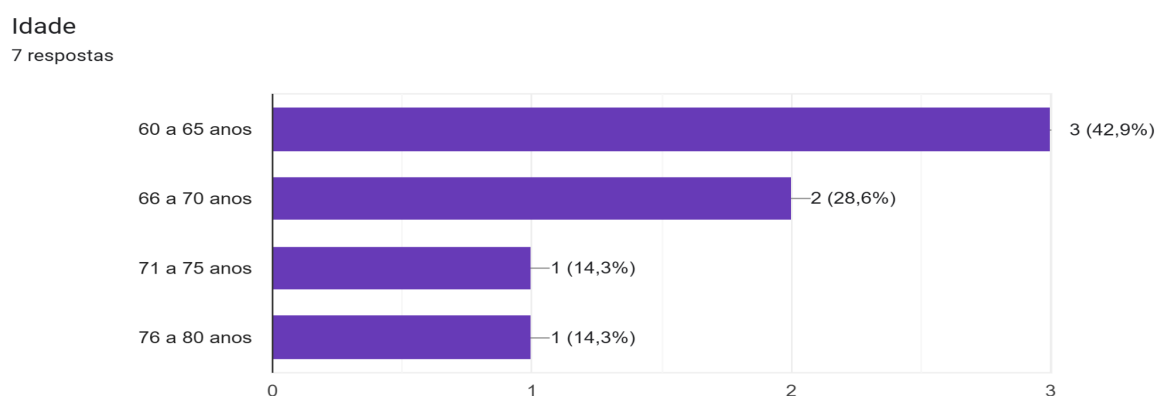
Apontamentos do analfabetismo no Distrito de Nova Casa Verde

O analfabetismo é desafio persistente que afeta diversas comunidades ao redor do mundo, e o distrito de Nova Casa Verde localizado no município de Nova Andradina-MS, não é exceção. Este distrito que emergiu a partir do processo de ocupação territorial e reforma agrária, apresenta alto índice de analfabetismo, especialmente entre a população com 60 anos ou mais. No distrito de Nova Casa Verde, o analfabetismo tem raízes profundas, sendo fruto da combinação de fatores sociais, econômicos e culturais que impactaram significativamente a geração de idosos/as que hoje enfrenta essa dificuldade. As histórias de vida de homens e mulheres com 60 anos ou mais revelam uma realidade em que o acesso à educação era extremamente limitado ou inexistente.

Neste contexto busco compreender as raízes desse problema, explorando as experiências de vida dos indivíduos afetados e as barreiras que impediram seu acesso à educação formal. Através de entrevistas e relatos pessoais é possível vislumbrar as histórias de luta e resiliência, bem como as implicações do analfabetismo na vida cotidiana, nas relações sociais e nas oportunidades de desenvolvimento. Assim, este tópico se propõe a analisar não apenas os números, mas também as vozes e as vivências que compõem a realidade do analfabetismo no distrito de Nova Casa Verde.

As entrevistas foram organizadas com perguntas que incentivaram os/as participantes a refletirem sobre suas experiências pessoais relacionadas à educação, as dificuldades enfrentadas ao longo da vida e as consequências do analfabetismo em suas rotinas diárias. Diante dessas narrativas, captei não apenas os dados quantitativos, mas, sobretudo as histórias emocionais e contextuais que revelam a complexidade do analfabetismo no distrito de Nova Casa Verde. No total, foram entrevistadas sete pessoas, quatro homens e três mulheres. A figura nº. 4, apresenta dados referentes as idades das pessoas entrevistadas para essa pesquisa.

Figura 4: Distribuição etária entre os 60 a 80



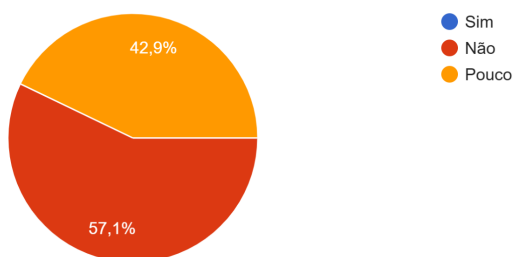
Fonte: Fortunato, 2025

O gráfico apresentado mostra a distribuição etária entre os 60 a 80 anos das pessoas analisadas. Ele mostra que a maioria dos/as entrevistados/as possui entre, 60 a 65 anos, com 3 respostas. A faixa de 66 a 70 anos, possui duas respostas e as faixas de 71 a 75 anos e 76 a 80 anos apenas 1 resposta cada.

Uma das perguntas chaves para realizar a pesquisa era sobre o nível de escolaridade, se existia ou não. E como observa-se no gráfico abaixo (Figura 6), mais da metade dos/as entrevistados/as nunca frequentaram a escola. Um exemplo dessa realidade é o relato de Dona Marinalva, uma senhora que nunca teve a oportunidade de frequentar a escola. Segundo suas palavras: "Não estudei porque meu pai não deixava. Ele falava que o estudo não ia servir de nada pra gente, só pro nosso marido".

Figura 5: Dados sobre acesso à educação

Teve acesso à alfabetização
7 respostas

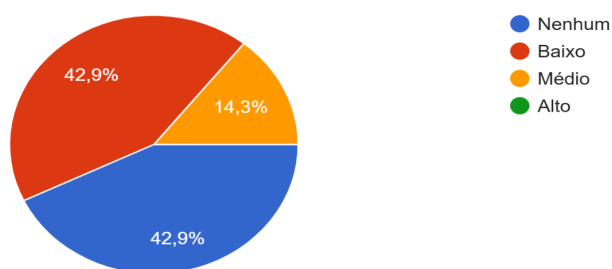


Fonte: Google forms – (Fortunato, 2025)

A análise das razões que levaram à não alfabetização da população idosa no distrito de Nova Casa Verde revela um cenário complexo, enraizado em fatores históricos, culturais e socioeconômicos. As causas vão desde a falta de acesso a escolas até barreiras culturais que desvalorizavam a educação formal em determinadas épocas e contextos.

Figura 6: Grau de Leitura e Escrita

Grau de leitura e escrita
7 respostas



Fonte: Google forms – (Fortunato, 2025)

Na figura de número 6 ilustra o grau de leitura e escrita dos indivíduos entrevistados. Observa-se que mais de 50% dos/as entrevistados/as nunca frequentaram a escola, o que é alarmante e reflete a falta de acesso à educação formal para pessoas com 60 anos ou mais. Essa falta de leitura e escrita causa um impacto grande na vida dessas pessoas limitando a elas de interagir com a sociedade, limitando também o acesso a serviços básicos e a empregos formais.

Entre os principais fatores identificados, destaca-se a ausência de infraestrutura educacional adequada nas décadas passadas. Em áreas rurais, como Nova Casa Verde, a escassez de escolas, a distância entre as residências e os centros de ensino, e a falta de transporte dificultaram o acesso das crianças à educação. Além disso, o trabalho infantil, especialmente no meio rural, era amplamente aceito e muitas vezes preferido à educação, o que contribuiu para que gerações crescessem sem a oportunidade de frequentar uma escola.

Figura 7: Motivações da pouca alfabetização

Se não ou pouco, por qual motivo

7 respostas

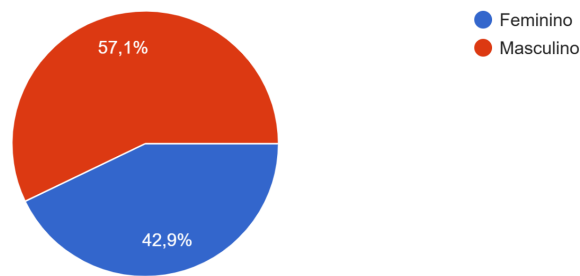


Fonte: Google forms – (Fortunato, 2025)

A partir desse relato apresento o gráfico relacionado a gênero. Dona Marinalva, de 66 anos, exemplifica uma mentalidade presente em muitas famílias rurais nas décadas passadas, quando o papel das mulheres era visto estritamente dentro de casa e a educação era considerada desnecessária para suas responsabilidades. Essa visão, mais comum nas áreas rurais do Brasil, perpetuou a exclusão educacional de muitas mulheres, especialmente aquelas que hoje estão na faixa etária de 60 anos ou mais. Mesmo sem ter acesso à escola, Dona Marinalva expressou um desejo de aprender. Ela conta que costumava guardar jornais e revistas, esperando pelo dia em que aprenderia a ler: "Eu guardava jornais e revistas, pra um dia, se eu aprendesse, eu ler aquelas coisas tudo."

Figura 8: Dados referentes a gênero

Gênero
7 respostas



Fonte: Google forms – (Fortunato, 2025)

Esse desejo reprimido, de acessar o conhecimento e participar mais ativamente da sociedade, é uma constante em muitos dos relatos colhidos durante esta pesquisa. A falta de educação formal, entretanto, criou barreiras significativas em suas vidas, desde dificuldades em entender documentos até a exclusão de diversas atividades do dia a dia, como participar plenamente no comércio ou em processos burocráticos.

A fala de Dona Marlena, de 60 anos, revela uma das realidades comuns enfrentadas por pessoas que tiveram contato com programas como o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado durante o regime militar no Brasil. Seu relato ilustra as dificuldades enfrentadas pelas famílias da zona rural, onde o trabalho manual, muitas vezes desde a infância, ocupava grande parte do tempo, e a educação acabava sendo deixada de lado: “Eu e meu irmão mais velho trabalhava de dia e a noite ia no MOBRAL, mas fui só um pouco e depois parei. Ficou puxado trabalhar e estudar tudo junto, já não tava aguentando.”

A experiência de estudar à noite após um dia de trabalho pesado, especialmente em um ambiente com pouca infraestrutura educacional, torna clara a sobrecarga que muitos/as enfrentavam. Embora tenha aprendido a escrever seu nome e copiar algumas palavras, Dona Marlena destaca que nunca aprendeu a "juntar as palavras" para ler de fato. Isso reflete o analfabetismo funcional, onde a pessoa pode ter adquirido algumas habilidades básicas, mas não desenvolveu a capacidade de leitura e interpretação de textos: “Lá no MOBRAL eu aprendi escrever meu nome e copiar, tudo que passava eu copiava. Mas nunca aprendi a ler, juntar as palavras pra escrever sozinha.”

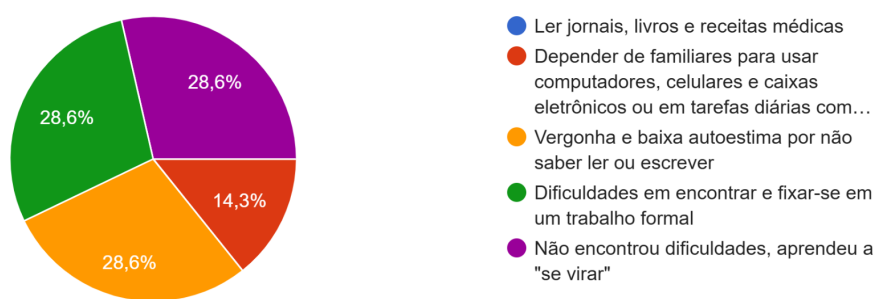
O relato também evidencia as limitações dos programas educacionais da época, que não ofereciam o suporte necessário para garantir uma alfabetização completa. Mesmo com o

esforço de iniciativas como o MOBRAL, a falta de continuidade e condições adequadas prejudicou o aprendizado de muitas pessoas, principalmente as mais pobres e marginalizadas.

Desta forma, apresento alguns dados sobre as representatividades dos números referentes ao analfabetismo no distrito de Nova Casa Verde. Ao perguntar às pessoas qual a maior dificuldade que enfrentaram e enfrentam até os dias de hoje pela falta da alfabetização, as respostas são diversas:

Figura 9: Dados referentes às maiores dificuldades enfrentadas pelos/as entrevistados/as

Qual a maior dificuldade encontrada até os dias atuais pela falta de alfabetização
7 respostas

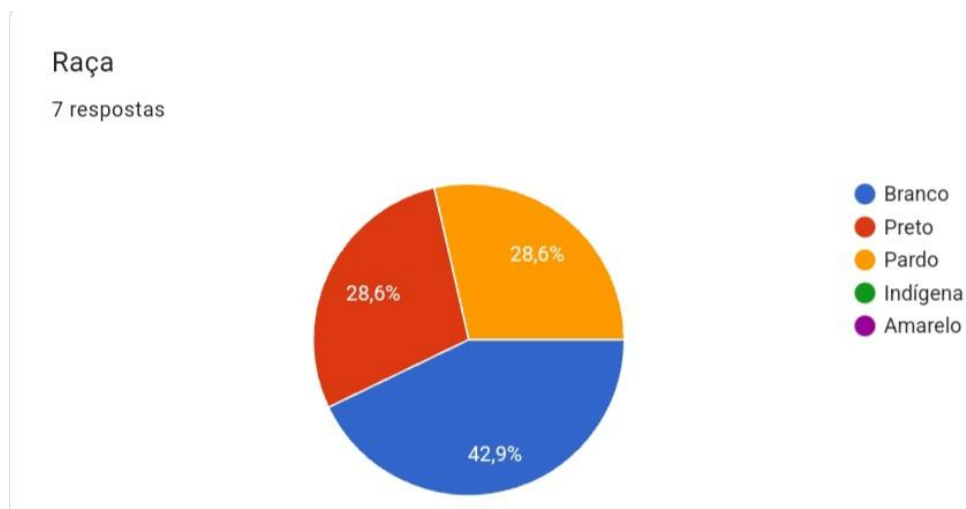


Fonte: Google forms – (Fortunato, 2025)

O relato do sr. Antonio, de 71 anos, sobre como não conseguiu obter o emprego de capataz em fazendas por diversas vezes, é emocionante ao ver seus olhos carregados: “Não consegui ser capataz das fazendas aqui perto, sempre tive muita vontade, era o que eu mais gostava de fazer, mexer com gado, mas não podia, porque não tinha leitura”.

A seguir, apresento o gráfico que ilustra a distribuição do analfabetismo entre as diferentes categorias raciais no distrito de Nova Casa Verde. Este dado é fundamental para compreender como questões étnico-raciais influenciam o acesso à educação e perpetuam o analfabetismo em populações vulneráveis.

Figura 10: Dados referentes à raça



Fonte: Google forms – (Fortunato, 2025)

No Brasil, o legado histórico da escravidão e das desigualdades sociais resultantes tem um impacto direto na educação de pessoas negras e pardas. Dados nacionais já apontam que o índice de analfabetismo entre negros/as e pardos/as é significativamente maior do que entre brancos/as. Essa realidade é refletida também no distrito de Nova Casa Verde, onde a maioria das pessoas entrevistadas para essa pesquisa, dos/as analfabetos/as pertence a essas categorias raciais.

Reflexão das significações do analfabetismo nas condições sociais da população do Distrito de Nova Casa Verde.

De quando em vez é perceptível que a sociedade está em labirintos sem saída, e certamente a ausência de projetos e políticas públicas de Estado no intuito de fomentar a educação causa danos que parecem irreversíveis para determinadas sociedades. Recordar-se assim, que os países determinados a mudarem suas realidades tornaram a educação política de estado, consequentemente correlacionaram com a segurança pública, lazer, cultura e esporte, situação fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da população e do país.

Desta forma, aponto que no Brasil aparentemente os projetos de educação funcional de forma contrária, ou mesmo, pode-se dizer que o projeto é que a educação não acontece, os resultados são altos índices de analfabetismo, reprovação e evasão escolar. Nesse interim, utilizo trecho de *Alice no país das maravilhas*, para tentar analisar como andam os projetos educacionais no Brasil:

Alice perguntou: Gato Cheshire... pode me dizer qual o caminho que eu devo tomar?
Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o Gato.
Eu não sei para onde ir! – disse Alice.
Se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve.
(Alice no País das Maravilhas)

A conversa entre Alice e o Gato Cheshire em *Alice no País das Maravilhas* reflete uma verdade profunda sobre escolhas e objetivos. Quando Alice admite que não sabe para onde ir, o Gato responde que, nesse caso, qualquer caminho pode servir. Essa reflexão é essencial para compreender a questão do analfabetismo abordada neste trabalho, especialmente entre pessoas com 60 anos ou mais no distrito de Nova Casa Verde.

Para aqueles/as que foram privados/as da educação formal ao longo da vida, a sensação de estar sem direção é uma realidade. Sem o domínio da leitura e da escrita, os caminhos na sociedade tornam-se limitados, e as escolhas disponíveis ficam restritas. Dos/as entrevistados/as, como Dona Marinalva, por exemplo, revelaram que foram forçados a aceitar um destino imposto, seja pela falta de políticas públicas, pela cultura patriarcal ou pelas desigualdades históricas que perpetuaram o analfabetismo como forma de exclusão social.

No entanto, assim como o diálogo de Alice lembra que ter clareza sobre o destino é essencial para a escolha do caminho, a educação surge como a ferramenta que abre possibilidades e permite que as pessoas definam seus próprios rumos. A ausência de alfabetização entre os/as idosos/as não significa apenas uma limitação funcional, mas uma privação de escolhas e da liberdade de navegar plenamente pelo mundo.

Paulo Freire (2011), em *Pedagogia do Oprimido*, ressalta que a educação é uma prática libertadora. Nesse sentido, ela permite que os indivíduos assumam o controle de suas trajetórias e rompam com ciclos de opressão que os mantêm estagnados. Ao compreender e enfrentar o analfabetismo no distrito de Nova Casa Verde, é possível reconhecer que não se trata apenas de ensinar a ler e escrever, mas de devolver a essas pessoas a autonomia para escolherem seus caminhos.

Assim, a luta contra o analfabetismo é, na verdade, a luta por dignidade, inclusão e oportunidade. Porque, ao contrário de Alice, todos merecem a chance de saber para onde querem ir – e, mais importante, a possibilidade de chegar lá.

Considerações que não são finais

Através dessa pesquisa, ao finalizá-la esperava compreender mais profundamente o fenômeno do analfabetismo entre a população idosa do distrito de Nova Casa Verde. Através

das entrevistas e relatos coletados consegui não apenas dados quantitativos, mas também abrir portas para as histórias de vida das pessoas que me revelaram suas dificuldades e desafios ao longo de suas trajetórias. A partir dessas narrativas percebo a complexidade do analfabetismo, suas raízes históricas e sociais, e suas consequências diretas na vida das pessoas.

Ao dar continuidade a essa pesquisa, pretendo aprofundar ainda mais a análise das experiências compartilhadas, buscando colaborar com propostas e ações que visem a inclusão e ao acesso à educação para essa população. Além disso, desejo expandir o alcance do estudo, explorando como políticas públicas podem ser melhoradas para atender as necessidades específicas dos/as analfabetos/as, especialmente em áreas rurais.

A educação e o combate ao analfabetismo estão interligados também ao processo de desenvolvimento socioeconômico do país. A educação é um direito essencial e uma ferramenta chave para a transformação social. Investir na alfabetização e na educação de qualidade para todos/as não é apenas um ato de justiça social, mas também um ato necessário para a redução das desigualdades e a construção de uma sociedade mais equitativa. Pois com a educação as pessoas adquirem não apenas a leitura e escrita, mas também a autonomia e a capacidade de participar ativamente na sociedade, contribuindo para um desenvolvimento econômico e social do país. Portanto, o combate ao analfabetismo deve ser uma prioridade nas políticas públicas, refletindo um compromisso com um futuro mais justo e inclusivo para todos/as.

Referências

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Baller, Leandro; Barbosa Alves, Jordana Cristina. Memórias e Trajetórias de Pessoas no Projeto de Assentamento Nova Casa Verde – MS: Um Estudo de Caso Sobre o Desenvolvimento da Sociabilidade. Fronteiras: **Revista de História**, vol. 15, núm. 27, julho-diciembre, 2013, pp. 69-87 **Universidade Federal da Grande Dourados**. Disponível Em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588265643005>. Acesso em: 17 de maio de 2024

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 75-93 [1980a].

MOREIRA, Fabiano Greter. As Trajetórias de Luta de Famílias Camponesas no Assentamento Casa Verde do Município de Nova Andradina (Ms) **Revista Formação (Online)**, v. 29, n. 54, p. 501-520, 2022. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/7074/6823>. Acesso em: 21 de maio de 2024.

MENDES, Rafael Pereira da Silva. **"Analfabetismo"; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/analfabetismo.htm>. Acesso em 22 de dezembro de 2024.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TORRES, Cláudio Mirol Morales. **Nova Casa Verde: A Reforma Agrária e a Criação da Vila em Espaço de Assentamento Rural**. Dissertação de Mestrado – UFGD. 2017.